

ÁGUAS DO MIRANTE S.A.

CNPJ: 15.384.637/0001-04

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 1º de janeiro de 2020 (Em milhares de Reais)				Demonstração do Resultado (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2021	2020	01/01/2020	Nota	2021	2020
			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	151	30	73	11	3.735	3.977
Aplicações financeiras	6	76.402	59.560	27.826	12	9.175	8.724
Contas a receber de clientes	7	10.973	7.432	7.025	13	2.843	2.423
Tributos a recuperar		262	5.668	377	14	474	1.445
Outros créditos		684	793	326	8	860	959
Total do ativo circulante		88.472	73.483	35.627		239	473
Aplicações financeiras	6	23.557	24.661	22.613		613	86
Tributos a recuperar		1.431	—	17.486		17.339	18.087
Ativo fiscal diferido	21	64	50	1.858		255.329	236.838
Depósitos judiciais	15	140	124	94		428	—
Total do realizável a longo prazo		25.492	24.835	42.053		16.504	15.178
Imobilizado		701	789	—		—	27.094
Ativo de contrato da concessão	9	2.664	6.400	14.195	5	1.841	1.803
Intangível	10	233.522	235.627	228.869		226	281
Total do ativo não circulante		262.379	267.651	285.117		274.328	281.194
Total do ativo		350.851	341.134	320.744		292.267	299.281
Total do passivo					16	48.896	48.896
Capital social líquido						9.688	—
Reserva de lucros						—	(7.043)
Prejuízos acumulados						58.584	41.853
Total do patrimônio líquido						350.851	341.134
Total do passivo e patrimônio líquido						350.851	341.134

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Total
		Capital Social	Retenção Legal de lucros	(Prejuízos) Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2020		48.896	—	—	(3.659)
Ajustes de reapresentação	5	—	—	—	(19.706)
Saldos em 1º de janeiro de 2020 - Reapresentado		48.896	—	—	(23.365)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	17.450
Destinação:					
Juros sobre capital próprio		—	—	—	(1.128)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 - Reapresentado		48.896	—	—	(7.043)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	20.308
Destinações:					
Reserva legal	16 b.	—	663	—	(663)
Juros sobre capital próprio	16 c.	—	—	—	(2.841)
Dividendos mínimos obrigatórios	16 c.	—	—	—	(736)
Lucros retidos	16 d.	—	—	—	9.025
Saldos em 31 de dezembro de 2021		48.896	663	9.025	58.584

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Águas do Mirante S.A. ("Companhia") é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Piracicaba, São Paulo, constituída em 01 de março de 2012. Em 11 de junho de 2012 iniciou suas operações de acordo com o Contrato de Concessão nº 48/2012 - Edital de Concorrência nº 01/2011 firmado com o SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto do Município de Piracicaba, São Paulo, concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 1687/2011.

O objeto do referido Contrato de Concessão consiste na exploração dos serviços públicos de esgotamento sanitário do município de Piracicaba, São Paulo, sob o regime de concessão, com parceria público-privada, na modalidade administrativa, pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem por finalidade a operação e gerenciamento de atividades objeto da concessão, de coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos do processo de tratamento de esgoto. Também faz parte das obrigações, a recuperação, manutenção, ampliação e melhoria do sistema de hidrometria e as atividades de combate às fraudes na micromedição.

Segmento Operacional

A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

COVID-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde "OMS", declarou pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, alguns Estados, adotaram medida de quarentena, determinando que os comércios e serviços não essenciais fossem fechados naquele momento. Neste contexto, a Administração da Companhia, vêm adotando medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e a comunidade em que atua. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Companhia, a controladora Agea Saneamento e Participações S.A. ("Agea") acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e de toda a população atendida, assegurando a prestação dos seus serviços de esgoto, essenciais para a sociedade.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos da COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está confiante de que irá superar o impacto da COVID-19, garantindo a qualidade nos serviços prestados à população.

2. Base de preparação

a) **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2022.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, em virtude da reapresentação retrospectiva de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2020 é apresentado nessas demonstrações financeiras devido à reapresentação retrospectiva (nota explicativa nº 4).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) **Moeda funcional e moeda de apresentação.**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

c) **Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d) **Informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:**

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 10);
- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos; (nota explicativa nº 15);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 17); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 20).

e) **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) **Receita de contrato com cliente**

As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

i) **Serviços de tratamento de esgoto**

A receita relacionada ao serviço de tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecido por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes.

ii) **Receitas de construção ativo intangível**

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

b) **Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras e vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- A Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade.

Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iv) **Compensação**

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

v) **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas recebidos ou auferidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre financiamentos e debêntures e impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS). Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

c) **Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido usados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas a respeito de cada ativo.

i) **Ativos intangíveis**

São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo está calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo.

ii) **Redução ao valor recuperável (impairment)**

i) **Ativos financeiros não derivativos**

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

A determinação do risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor possa integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

A provisão para perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionadas ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera algumas das premissas utilizadas no cálculo das perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 21.

ii) **Ativos não financeiros**

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionadas ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera algumas das premissas utilizadas no cálculo das perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 21.

iii) **Ativos não financeiros**

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionadas ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera algumas das premissas utilizadas no cálculo das perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 21.

Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iv) **Compensação**

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

v) **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas recebidos ou auferidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre financiamentos e debêntures e impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS). Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

c) **Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido usados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas a respeito de cada ativo.

i) **Ativos intangíveis**

São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo está calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo.

ii) **Redução ao valor recuperável (impairment)**

i) **Ativos financeiros não derivativos**

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

A determinação do risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor possa integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

A provisão para perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos